

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

A ISENÇÃO DO ITBI NA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA HOLDING

A integralização de bens imóveis ao capital social de holdings patrimoniais tem se tornado uma estratégia cada vez mais comum entre empresários e famílias que buscam segurança jurídica, proteção patrimonial e planejamento sucessório. Entretanto, um tema recorrente e ainda cercado de controvérsias diz respeito à incidência (ou não) do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis nessa operação societária.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, de forma clara e objetiva, em seu art. 156, §2º, inciso I, que o ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre as transmissões decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica. O único condicionante constitucional é que a pessoa jurídica não tenha como atividade preponderante a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis.

Essa imunidade tributária não é um benefício fiscal, mas sim uma imunidade constitucional subjetiva. A sua aplicação independe do valor dos bens transferidos, do valor nominal da integralização ou de eventuais diferenças contábeis. O objetivo do constituinte originário foi evitar a bitributação em operações que visam à estruturação empresarial e não à circulação onerosa de bens.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema 796 da Repercussão Geral (RE 796.376/SC), firmou entendimento vinculante de que:

“É imune à incidência do ITBI a integralização de bens imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, mesmo que o valor dos bens seja superior ao capital social subscrito, salvo se comprovada a atividade preponderantemente imobiliária da empresa.”

Tal decisão representa um divisor

de águas ao assegurar que a mera diferença entre o valor do imóvel e o capital social integralizado não descaracteriza a imunidade tributária, reforçando que o fato gerador do ITBI é a transmissão onerosa da propriedade, e não uma operação societária interna e estrutural.

Ainda, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da Súmula 581, consolidou o mesmo raciocínio: “A isenção do ITBI, prevista no art. 156, §2º, I, da CF/88, alcança os imóveis conferidos ao capital social de pessoa jurídica, salvo se a sua atividade preponderante for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis.”

Portanto, desde que a holding não tenha finalidade imobiliária preponderante – o que pode ser demonstrado pelos balanços dos dois anos anteriores à operação, conforme prática comum nas legislações municipais – a operação de integralização de imóveis ao capital social deve ser considerada totalmente imune à incidência do ITBI.

Ignorar essa garantia constitucional fere princípios tributários fundamentais como legalidade, tipicidade fechada e segurança jurídica, além de criar obstáculos indevidos à livre organização empresarial.

Em conclusão, a isenção do ITBI na integralização de capital social por holdings patrimoniais é um direito constitucionalmente assegurado, e deve ser respeitado por todos os entes municipais, inclusive sob pena de nulidade de atuações fiscais e judicialização de cobranças indevidas.

Dr. Caius Godoy, Advogado Especialista em Holdings Familiares. Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna.
e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Conab prevê recuperação de 2,7% na safra de café em 2025, estimada em 55,7 milhões de sacas

Mesmo em ano de bialidade negativa, a produção de café deve apresentar um crescimento de 2,7% na safra 2025 frente ao volume colhido na temporada passada, sendo estimada em 55,7 milhões de sacas. Caso o volume estimado se confirme ao final do ciclo, este será o maior já registrado para um ano de baixa bialidade, superando em 1,1% a colheita registrada em 2023. Já a área total destinada à cafeicultura deverá registrar um aumento de 0,8%, chegando a 2,25 milhões de hectares. A área em produção deve registrar uma queda de 1,4%, estimada em 1,86 milhão de hectares, enquanto a área em formação tende a apresentar um incremento de 12,3%, movimento esperado para anos de bialidade negativa. Os dados estão no 2º Levantamento da Safra de Café 2025, divulgado nesta terça-feira (6) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O bom resultado estimado na safra total de café é influenciado, principalmente, pela recuperação de 28,3% nas produtividades médias das lavouras de conilon. Com isso, a expectativa de produção para esta espécie está estimada em 18,7 milhões de sacas, um novo recorde para a série histórica da Conab. Este resultado se deve, sobretudo, à regularidade climática durante as fases mais críticas das lavouras, que beneficiaram floradas positivas, e a boa quantidade de frutos por rosetas.

Apenas no Espírito Santo, maior produtor de conilon do país, é esperada uma produção de 13,1 milhões de sacas, crescimento justificado pelas boas precipitações verificadas no norte do estado, região que corresponde a 69% da área da espécie no país. Na Bahia, a Conab também espera uma recuperação na colheita de conilon de 28,2%, estimada em 2,5 milhões de sacas. Neste cenário, o estado baiano recupera a posição de 2º maior produtor da espécie, ultrapassando Rondônia onde a expectativa é de uma colheita de 2,28 milhões de sacas.

Já para o café arábica, espécie mais afetada pela bialidade, a Conab prevê uma redução de 6,6% na colheita, com previsão de uma safra em torno de 37 milhões de sacas. Em Minas Gerais, estado com maior área destinada para a produção de arábica, é esperada uma colheita de 25,65 milhões de sacas. De acordo com o levantamento, além do reflexo já esperado pelo ciclo de bialidade da planta, entre abril e setembro do ano passado foi registrado um longo período seco e as lavouras enfrentaram

instabilidade, apresentando menor vigor vegetativo, influenciando na queda de potencial produtivo dos cafezais.

Em São Paulo, a produtividade média também foi impactada pelos efeitos fisiológicos de baixa bialidade, acompanhados pelas condições climáticas adversas registradas nas regiões produtoras. Com isso é esperada uma queda de 3,8% no desempenho das lavouras. Por outro lado, a área destinada para a produção cresceu em 5,3%, chegando a 196 mil hectares, o que compensa a perda esperada nas produtividades resultando em um aumento na produção de 1,3%, estimada em 5,5 milhões de sacas.

Mercado – Após o recorde de exportação de café em 2024, quando o Brasil exportou 50,5 milhões de sacas de 60 quilos, os embarques para o exterior apresentaram uma ligeira redução no primeiro trimestre de 2025. No acumulado de janeiro a março de 2025, o Brasil exportou 11,7 milhões de sacas de 60 quilos, o que representa uma baixa de 1% na comparação com igual período do ano anterior, segundo dados consolidados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Essa redução na exportação em volume já era esperada devido à restrição dos estoques internos nos meses iniciais de 2025, influenciados pela limitação da produção nos últimos anos e exportação elevada no ano anterior.

Mesmo com a queda no volume comercializado, o valor com as vendas internacionais apresentou aumento no primeiro trimestre de 2025, movimento favorecido pelo cenário de alta dos preços do café neste início de ano. No acumulado de janeiro a março de 2025, o Brasil exportou US\$ 4,1 bilhões, o que representa um aumento de 68,9% na comparação com igual período de 2024.

As cotações do produto no mercado internacional devem continuar pressionadas ao longo do ano, mesmo com a expectativa de aumento na produção mundial pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), visto que os estoques do grão seguem em níveis baixos possibilitando preços em patamares mais elevados.

Os números detalhados da produção brasileira de café e as análises de mercado do grão podem ser conferidos no Boletim completo do 2º Levantamento de Café - Safra 2025, publicado no site da Companhia.

Mais informações para a imprensa:

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



TERRAS DEGRADADAS

Foi publicada no Diário Oficial da União, as regras e diretrizes para o 2º Leilão Eco Invest, voltado à recuperação de terras degradadas em apoio ao Programa Caminho Verde Brasil. A iniciativa busca promover sistemas produtivos agropecuários e florestais sustentáveis, com foco em elevar a produtividade, restaurar o solo e fomentar práticas ambientalmente responsáveis no campo brasileiro. Coordenada pela Secretaria do Tesouro Nacional, em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), a ação integra o escopo do Programa Eco Invest Brasil.

PLANO SAFRA 2025/2026

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) entregou oficialmente, ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, a proposta do setor para o próximo Plano Safra 2025/2026. O documento foi repassado em mãos pelo deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), coordenador institucional da FPA, e reúne contribuições das 59 entidades que integram o Instituto Pensar Agro (IPA). De acordo com o parlamentar, o principal objetivo é garantir segurança e previsibilidade ao produtor rural, especialmente diante de um cenário de instabilidade climática e econômica.

RIBEIRÃO PRETO 30ª AGRISHOW

O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas visitou o estande da Faesp/Senar-SP na Agrishow, e foi recebido pela diretoria e pelo presidente da Faesp, Tirso Meirelles, além de diversos presidentes de Sindicatos Rurais, que estavam visitando a feira com as suas Caravanas. Ele anunciou um pacote de investimentos de R\$ 600 milhões para o setor agropecuário paulista.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou, de 28 de abril a 2 de maio, nos Estados Unidos, da Water For Food Global Conference, que acontece em Lincoln, capital do estado americano de Nebraska. O encontro é promovido pela Universidade do Nebraska e reúne especialistas de todo o mundo para debater o tema "Um Futuro Resiliente: Água e Alimentos para Todos", abordando temas como segurança hídrica e alimentar.

CESTAS DE ALIMENTOS

AGRO CARTOON

PICAZO



FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Pesquisadores desenvolvem formulação em pó para substituir o uso do cacau na produção de chocolate



Composição tem compostos bioativos, fenólicos, flavonoides, fibras, lipídios nutricionais, proteínas e carboidratos, além de ter alta capacidade antioxidante

A indústria do chocolate está enfrentando uma grande crise provocada pelo alto custo do cacau. A produção do fruto tem sofrido com pragas, impactos climáticos e tensões sanitárias na África, local que concentra a maior parte dessas plantações. Com o objetivo de driblar essa crise, pesquisadores da Universidade de São Paulo desenvolveram a patente Composição Alimentícia de Chocolate com Reaproveitamento de Resíduos Agroindustriais, que pretende substituir o uso do cacau na produção do chocolate.

De acordo com Suzana Lannes, docente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da USP e uma das responsáveis pela inovação, a formulação utiliza subprodutos agroindustriais para desenvolver uma formulação em pó que substitui o cacau em pó e o liquor de cacau tradicionais. "A composição tem compostos bioativos, fenólicos, flavonoides, fibras, lipídios nutricionais, proteínas e carboidratos, além de ter alta capacidade antioxidante", destaca.

Diferencial

Embora existam no mercado produtos semelhantes conhecidos como Cocoa Extenders, Suzana afirma que a tecnologia desenvolvida pela USP se diferencia por ir além da simples substituição. Ela destaca que o produto agrega valor nutricional e promove maior sustentabilidade, ao utilizar subprodutos agroindustriais que seriam descartados. Alguns dos principais subprodutos utilizados derivam do malte empregado na indústria cervejeira.

Entre os diferenciais, destaca-se a elevação do teor de fibras, prebióticos e outros nu-

trientes, além da capacidade antioxidante da formulação. A formulação é voltada especialmente para a indústria alimentícia e chocolateira, que busca alternativas sustentáveis diante das incertezas do mercado do cacau. A tecnologia permite o desenvolvimento de chocolates e derivados com características semelhantes ao chocolate tradicional, porém, com mais benefícios nutricionais e menor impacto ambiental.

De acordo com a especialista, a substituição promove características sensoriais similares às do chocolate ao leite, com as mesmas cores, texturas e sabor, mantendo a qualidade e sabor do produto. "Assim, a tecnologia prevê a formulação da mistura para substituir o cacau e também de formulação de chocolates, chocolate ao leite e sugestão para substituição em outras formulações que utilizem cacau em pó ou liquor de cacau", esclarece.

Próximos passos

Segundo Suzana Lannes, a inovação está na fase de protótipo e aplicação em ambiente realista. A equipe está otimista quanto à adoção imediata da tecnologia, especialmente diante da urgência enfrentada pela indústria. O relatório trimestral da Organização Internacional do Cacau, lançado em novembro de 2024, estimou um déficit na produção mundial de cacau para 2025 que pode ser o pior em 60 anos.

"Nossas expectativas nem seriam para o futuro, mas imediatas, pois estamos vivenciando um período de alto custo do cacau, gerado pela crise de oferta da matéria-prima em países africanos como Gana e Costa do Marfim. A diminuição da produção de cacau vem reduzindo a oferta global do chocolate, gerando uma escassez mundial e levando os preços às alturas", analisa.

Agência SP